MPF-SP pede a quebra do sigilo de comunidades do Orkut

O Grupo de Combate a Crimes Cibernéticos do Ministério Público Federal em São Paulo enviou à Justiça Federal pedidos para a quebra de sigilos dos dados de dez comunidades do Orkut que tratam de pedofilia e racismo.

Há dez dias, o MPF e os representantes da empresa Google no Brasil (dona da marca Orkut) negociam um acordo operacional para preservação de provas sobre esses crimes. O acordo prevê, também, avisos aos usuários brasileiros sobre práticas que configuram crimes cibernéticos.

Já faz dois anos que o grupo do MPF recebe denúncias sobre membros e comunidades que usam o Orkut para divulgar pedofilia e incitar crimes como o racismo e intolerância religiosa. Entretanto, o MPF não conseguia investigar porque o Google não tinha representação legal no Brasil. Isso exigiria, em tese, cooperação internacional para a resolução dos casos.

Como há seis meses foi instalado o Google no Brasil, o procurador coordenador do grupo de combates a crimes cibernéticos do MPF em São Paulo, Sergio Suiama, solicitou reunião com os diretores da empresa.

Ainda assim, independentemente dos resultados das negociações com o Google, o MPF começou, na sexta-feira (17/3), a enviar para a Justiça Federal em São Paulo relatórios sobre os casos de pedofilia e racismo no Orkut. O MPF relata os casos que investigou, os elementos que possui de que há crime, e pede a quebra dos dados telemáticos dos membros das comunidades.

Se a Justiça autorizar a quebra do sigilo dos dados em cada caso, citações serão enviadas ao Google, que terá que fornecer as informações ao juiz. Assim que a Justiça receber as informações, elas serão encaminhadas para o MPF que, uma vez identificando os autores dos crimes, apresentará as denúncias, pedindo a abertura de processo criminal contra os envolvidos.

Date Created
22/03/2006

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.